

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.308 - MG (2019/0357279-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **AUDAIR PLINIO CARDOSO**
RECORRENTE : **JOAO MURILLO DE SIQUEIRA CARDOSO**
ADVOGADOS : **JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO - MG020180**
 FABRÍCIO SOUZA DUARTE - MG094096
 PAULO MARTINS DA COSTA CROSARA - MG148466
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por AUDAIR PLINIO CARDOSO e JOAO MURILLO DE SIQUEIRA CARDOSO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.102221-9/000).

Segundo consta dos autos, os recorrentes foram presos preventivamente e denunciados pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 2º, § 3º e 4º, inciso II, da Lei 12.850/2013, e art. 90 da Lei 8666/1993, por duas vezes, na forma do art. 69, do Código Penal, porque participavam ativamente de organização criminosa, constituída com o fim de realizar fraudes em licitações e na execução de contratos firmados com o município de Passos/MG (e-STJ fls. 18/52).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte estadual, questionando o estabelecimento da prisão domiciliar e alegando haver excesso de prazo para formação da culpa.

O Tribunal de origem, contudo, **concedeu parcialmente** da ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 135):

EMENTA: " HABEAS CORPUS" - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PRISÃO DOMICILIAR - REVOGAÇÃO - NECESSIDADE - CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO - MANUTENÇÃO - MOTIVOS JUSTIFICADORES DAS MEDIDAS IMPOSTAS DEMONSTRADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL- RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA - POSIÇÃO

*DE LIDERANÇA NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA -
CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM PARTE CONFIGURADO
- ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.*

*-A prisão domiciliar não se inclui com o alternativa à prisão p
re v e n tiva, tal como ocorre com as medidas previstas no art.
319, CPP, somente podendo ser aplicada como substitutivo da
prisão preventiva quando presentes algumas das hipóteses
arroladas no art. 318 do CPP.*

*- Mostrando-se adequadas e pertinentes ao caso concreto as
medidas cautelares alternativas à prisão, não devem estas
serem revogadas.*

Na presente oportunidade, a defesa sublinha que há um excesso de medidas cautelares, o que ocasionaria um constrangimento ilegal e ressalta que a medida de proibição de adentrar em instituições públicas não faz sentido, inclusive entende que poderia ser permitida a comunicação entre os recorrentes.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a mitigação das medidas cautelares aplicadas pelo juízo da Comarca de Passos/MG e mantidas pelo Tribunal *ad quem*.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, o Tribunal de origem considerou estarem devidamente fundamentadas as medidas cautelares estabelecidas pelo juiz de primeiro grau, principalmente em razão da gravidade concreta do delito e para a garantia da instrução criminal, conforme se depreende do seguinte trecho transcrito do acórdão (e-STJ fls. 141/142, *grifei*):

[...]. Dessa forma, mostra-se mesm o imperiosa a revogação da

prisão domiciliar imposta aos denunciados, sob pena de referendar o apontado constrangimento ilegal.

Noutro giro, entendo que a manutenção das medidas alternativas, impostas aos ora pacientes restou devidamente fundamentada pela digna autoridade impetrada, em razão da gravidade concreta dos delitos que lhes são imputados, assim como tendo em vista a possibilidade concreta de que os agentes, mantidos em liberdade irrestrita, possam vir a dificultar o regular andamento do feito, por meio da coação de testemunhas ou destruição de provas.

Ademais, há indícios suficientes do envolvimento dos pacientes e demais denunciados na prática de crime permanente, qual seja, organização criminosa, que precisa ser desestruturada a fim de possibilitar a adequada persecução penal e impedir a reiteração criminosa dos envolvidos. Assim sendo, a liberdade incondicionada dos investigados, tal como pleiteia o combativo impetrante, a priori, representa risco à conveniência da instrução criminal.

Desse modo, impõe-se reconhecer que a manutenção das medidas cautelares fixadas em face dos pacientes e demais denunciados não acarreta o apontado constrangimento ilegal, estando sua imposição devidamente fundamentada. [...].

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Dispensando as informações.

Abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator